

A escola e o meio rural: um estudo acerca da concepção de educação entre jovens assentados

Vitor Machado
vitor@fc.unesp.br

Este artigo é resultado de uma pesquisa exploratória realizada nos Assentamentos I e II de Sumaré-SP, que está localizado a três quilômetros do centro urbano da cidade de Sumaré e a vinte quilômetros da cidade de Campinas. Ele tem como tema central o significado da educação rural numa realidade bastante específica – assentamento de reforma agrária. Conforme o relato de alguns assentados, registrados em pesquisas por nós já realizadas, encontramos evidências que nos levam a pensar no surgimento de uma nova concepção de educação produzida nesses assentamentos, em relação à concepção convencional predominante no meio urbano, que associa fortemente educação escolar à estrutura de empregos. É de se pensar que estando inseridos e articulados com o capital, como é o caso do assentamento de Sumaré, o estudo na forma do saber passa não mais a significar uma garantia de conquista material, mas a possibilidade de superação das necessidades do universo do mundo rural, inclusive valores ligados à educação.

Palavras-chaves: Educação Rural, Jovem Assentado, Juventude Rural.

A escola e o meio rural: um estudo acerca da concepção de educação entre jovens assentados

Vitor Machado*
vitor@fc.unesp.br

1 Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa exploratória realizada nos Assentamentos I e II de Sumaré-SP e tem como tema central o significado da educação rural numa realidade bastante específica, cujos sujeitos pesquisados vivem, conforme Whitaker e Fiamengue (1995a), em espaços historicamente “novos” – assentamentos de reforma agrária - e se tornam categorias sociológicas também novas.

Segundo elas os assentamentos devem ser entendidos como espaços em construção, os quais estão em constantes transformações.

As autoras dizem ainda que os assentados se convertem em novos sujeitos e, portanto, em uma nova categoria sociológica, na medida em que sofrem uma reconstrução cultural, ao participarem da luta pela terra, que vai ser marcada por rupturas das identidades e pela desarticulação cultural dos grupos (MACHADO, 2008).

Assim, a tentativa de compreendemos, sociologicamente, a maneira como a educação é concebida nesta situação, prende-se a necessidades historicamente dadas, mas liga-se também, profundamente, à nossa biografia de pesquisador e bolsista de iniciação científica (CNPq), participando intensamente de pesquisas na zona rural, ainda nos tempos de graduação, no curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (Universidade Estadual Paulista), no campus de Araraquara e, portanto, julgamos necessária resumi-la aqui.

Como já dissemos, foi na UNESP que os rumos do nosso caminho começaram a ser melhor definidos. Nossa trajetória de pesquisador bolsista de iniciação científica, iniciou-se em 1994, junto ao NUPEDOR (Núcleo de Produção e Documentação Rural/FCL-CAR), no subprojeto educação, no qual tivemos a oportunidade de desenvolver nossos primeiros estudos no meio rural. A participação nesse núcleo de pesquisa e, em especial, nos trabalhos por ele realizados, foi bastante significativa para o crescimento do nosso conhecimento científico. Tais trabalhos colocaram-nos em contato direto com a realidade dos assentamentos de reforma agrária, por meio de pesquisa de campo e discussões de textos sobre temas relativos aos assentamentos, o que contribuiu de maneira importante para a construção do nosso

* Docente do Departamento de Educação, da Faculdade de Ciências, da UNESP de Bauru.

conhecimento teórico e científico, permitindo-nos pensar e discutir a questão rural no Brasil.

É importante registrarmos, ainda, que naquele momento, as idas a campo, proporcionaram-nos o aprendizado de técnicas significativas que tendem a valorização do trabalho de campo, possibilitando que o registro e as observações realizadas, sejam relatados da maneira mais fidedigna possível.

Feitas essas considerações, nosso sentimento agora é de tranquilidade para situarmos um tema que já vem sendo pesquisado por nós há alguns anos: educação em assentamentos de reforma agrária.

O estudo de tal tema resultou, inclusive, na elaboração e aprovação da nossa dissertação de mestrado, apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Sociologia, da FCL/Araraquara, da Universidade Estadual Paulista (2000) e também nas reflexões desenvolvidas na tese de doutorado, aprovada pelo Programa de Pós Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da UNICAMP (2008). Na ocasião do mestrado, a pesquisa realizada nos Assentamentos da Fazenda Monte Alegre, localizada na região de Araraquara, tratou de compreender as aspirações à educação e ao trabalho que os jovens revelavam naquele momento – demonstrando sua intensidade. Nesse trabalho interpretamos a juventude rural a partir do seu universo simbólico e das experiências por eles vivenciadas em um meio que não provoca a violência, mas que a sofre profundamente, por meio do preconceito e da injustiça social imposta pela sociedade excludente (MACHADO, 2000). Já no Doutorado, desenvolvemos uma pesquisa nos Assentamentos I e II de Sumaré, investigando se a educação escolar aplicada nas suas escolas aderiu aos princípios filosóficos e pedagógicos elaborados pelo setor de educação do MST¹ (Movimento Sem Terra). Esses documentos oficiais sugerem a prática de uma educação transformadora, compromissada com a luta do movimento, nesses mais de vinte e cinco anos de sua existência. Os dados da pesquisa demonstraram que a educação proposta pelo Estado nunca atendeu às necessidades da população pobre residente na zona rural e que, apesar do MST propor um modelo de escola baseado no respeito à diversidade e na relação entre teoria e prática, que seja capaz de transformar o educando em sujeito da sua própria história, ele não está sendo desenvolvido na escola do Assentamento II de Sumaré, que é a única em atividade no assentamento. Como solução para os problemas pedagógicos dessa escola, que segue as diretrizes da rede oficial de ensino, sugerimos a

¹ O MST nasceu em 1985, decorrente de um processo de experiências de luta pela terra em diversas regiões do Brasil. Sobre esse assunto ver: Caldart (2004), Fernandes (1996), Machado (2008).

implantação da Pedagogia da Alternância, que propõe um aprendizado com base na cooperação, o qual se constrói através da práxis educativa, estabelecendo a alternância entre o tempo da escola e o tempo do trabalho produtivo. Tal pedagogia é capaz de garantir o respeito ao cotidiano dos educandos da escola do assentamento e não deixa de concretizar os ideais de educação do próprio MST, que é o de formar indivíduos conscientes e preparados para a ação transformadora (MACHADO, 2008).

Agora, neste novo trabalho, iniciamos nossas primeiras reflexões, também sobre educação em assentamentos de reforma agrária. Tais reflexões, nos levam a pensar no surgimento de uma nova concepção de educação produzida nesses assentamentos, a partir da interação social entre os assentados e o meio urbano, provocada, principalmente, pela intensa articulação urbano - rural que o capitalismo moderno exige. A hipótese desta nova concepção de educação está sugerida pelas pesquisas até aqui realizadas e sintetizadas nessa introdução.

2. Assentamento de Reforma Agrária: cenários de resistência

Nesta parte do trabalho, desenvolveremos uma discussão acerca dos diversos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais assentados. Para tanto, pretendemos fazer referência a alguns autores dedicados, através da pesquisa científica, a compreender os fenômenos atuantes sobre essa nova categoria social em formação, que habitam os assentamentos de reforma agrária.

Estes assentados, tanto jovens como adultos, conviveram juntos em espaços diferenciados durante a conquista da terra, na luta por sua sobrevivência. Enfrentaram constantemente a alternância entre o rural e o urbano, procurando se adaptar a esses espaços e enfrentando diversas dificuldades. Mas esses espaços se fundem cada vez mais, revelando um processo do rural-urbano inseparável. Tal processo tem sido demonstrado por alguns pesquisadores que comprovam a unificação dos espaços rural e urbano como resultado do desenvolvimento do capitalismo agroindustrial (WHITAKER; FIAMENGUE, 1995).

Participando do grande projeto de pesquisa “Assentamentos de Trabalhadores Rurais: a construção de um novo modo de vida num campo de possibilidades e diversidades”, (subprojeto educação-1993) pudemos observar, não só a partir de dados censitários, mas também através de histórias de vida e observações registradas em diários de campo e entrevistas, um enorme esforço dos assentados na superação de suas

dificuldades, principalmente aquelas ligadas à educação, resultante de uma escolarização que ignora a diversidade cultural existente na sociedade brasileira.

Conforme estudos por nós realizados, as crianças assentadas, ao frequentarem as escolas da cidade resistem as mais diversas formas de preconceito por parte de alunos e professores, por que veem na escola a possibilidade de alcançarem a profissão que tanto desejam. Além disso, nossas pesquisas também revelaram que a escolha da profissão está diretamente ligada as experiências vividas no assentamento, durante o processo de luta pela permanência na terra e de convivência social junto a suas famílias (MACHADO, 2000).

Durante o processo de escolarização a que estão sujeitos o preconceito é evidente e foi bem estudado por Araújo (1996). A autora constatou, através de entrevistas realizadas com professoras de escolas agrupadas, uma enorme dificuldade das mesmas em trabalhar com crianças assentadas. Ela demonstra em seu trabalho que essas professoras identificavam os alunos como "diferentes, carentes, crianças com muitos problemas, crianças com bloqueio, com dificuldades de aprendizagem, sempre decorrentes da pobreza em que viviam as mesmas" (ARAÚJO, 1996, p. 50). Segundo a pesquisadora, o preconceito das professoras também é muito evidente, quando afirmavam frequentemente que as crianças assentadas não tinham asseio com o corpo e que por isso elas, as professoras, procuravam na escola, insistentemente, transmitir noções de higiene. Neste caso é importante compreendermos que, para os assentados, diferentemente daqueles que habitam o espaço urbano, "terra" não é sinônimo de sujeira ou falta de asseio com o corpo, mas meio de produção responsável pela sobrevivência humana.

Araújo (1996, p. 53) aponta também outra questão bastante significativa, que reforça ainda mais o preconceito com as crianças, que é a questão da linguagem. Para as professoras "as crianças aprendiam a falar errado em casa e que ficava difícil ensiná-las a falar e escrever corretamente".

Para Martins (1993), é de fundamental importância entender e respeitar as diversidades existentes entre o homem urbano e o homem rural no que se refere à questão da linguagem falada. Segundo ele, o que tem acontecido nesse árduo e nefasto processo de dominação da luta pela terra, é a constante tentativa da classe dominante em silenciar a população camponesa, modificando a sua fala.

Em texto sugerindo normas para transcrição de fitas, apontamos ainda, para a necessidade da valorização da fala do outro, muitas vezes ouvida e analisada de forma preconceituosa (MACHADO et al., 2002, p.116).

Quando trabalhamos com a linguagem falada, mesmo metodologicamente, precisamos estar sempre atentos para o respeito às variações de linguagem e para as diferenças existentes entre o universo urbano e rural.

Por outro lado, mesmo em meio a tantos preconceitos e dificuldades, constatou-se através de dados do censo aplicado aos adultos, que os assentados aspiram por educação escolar, podendo-se notar que em muitos assentamentos, os jovens e suas famílias estão ultrapassando o modelo de 1^a a 4^a série como escolaridade básica, atingindo os padrões de aspirações referentes aos países desenvolvidos ².

Enfim, os dados comprovam que os assentados, diante de todas as dificuldades em relação à educação escolar resistem, caminhando na direção de um saber conscientemente buscado, que devido ao processo de construção do conhecimento, permite a transformação da realidade pela prática política, segundo suas necessidades e diversidades, na difícil convivência com o espaço urbano.

Se analisarmos a participação de outros agentes sociais, no processo de construção das relações que constituem os assentamentos de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo, vamos verificar que a presença do Estado implica o reconhecimento de um campo de luta, onde os projetos de reforma agrária revelam as contradições e as correlações de forças existentes no Estado.

A intervenção do Estado, através da política de projetos, no processo de assentamentos de reforma agrária em São Paulo, nos revela nuances no embate entre as forças sociais envolvidas. Os projetos de reforma agrária têm sua estrutura influenciada por diferentes planos gestados em níveis municipais, estaduais e federais, que mostram a contradição de interesses em momentos históricos que ultrapassam quatro décadas (ANDRADE, 1993).

Mas é importante salientarmos que em meio a tantas contradições os assentados criam várias alternativas para poder sobreviver na “nova terra”. Entre elas estão a cultura de determinados alimentos que são produzidos para serem comercializados, subordinando seu trabalho ao capital das grandes empresas³, além da lavoura de subsistência, o que possibilita, em alguns casos, o comercialização do excedente. Em relação à cultura de subsistência, nota-se que ela é utilizada como recurso para sobrevivência da família, permitindo que ela esteja bem alimentada, mesmo quando o lote de produção sofre alguns impasses decorrentes das condições precárias.

² Analisando o Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, Whitaker chama a atenção para as aspirações intensas por educação escolar (WHITAKER et al, 1994).

³ O estudo de Andrade (1995) revela, no caso da criação do bicho da seda, uma articulação entre o arcaico e o moderno, o que expressa uma estratégia do capitalismo periférico no sentido de manter a taxa de lucro necessária a sua reprodução.

Nesse sentido, pesquisa da FAO (Food and Agricultural Organization) revela que, em Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, são extremamente baixos os índices de mortalidade infantil. Ela comprova, através de dados significativos, a melhoria da qualidade de vida dos assentados, apontando índices muito baixos em relação ao número de crianças que morrem nos assentamentos de reforma agrária (FAO, 1992).

Além disso, por força dos processos migratórios, existe um esforço e uma necessidade enorme dos assentados, na direção da construção de uma identidade, que só é possível ser construída, no nosso entendimento, se houver uma reconstrução cultural.

No decorrer das trajetórias de vida e das lutas da maioria dos assentados, ocorrem processos de ocupação e desocupação de terras, bem como a alternância entre o rural e o urbano. Este processo vai ser o grande responsável pelas rupturas das identidades e pela desarticulação cultural dos grupos. Assim, essa ruptura, fruto da desarticulação existente provocada pelos processos migratórios, gera fragmentos culturais. A partir desses fragmentos e do universo atual em que vive o assentado, é que ele busca a reconstrução cultural para a construção de uma identidade e posterior cidadania, uma identidade que liga o assentado a terra, fazendo-o acreditar que ele é parte integrante dela (MACHADO, 2008).

Os pesquisadores que têm concentrado suas investigações nos Assentamentos de Reforma Agrária nos últimos anos observam uma nova categoria social em formação (WHITAKER, 1995a; FERRANTE et al, 1994; D'AQUINO, 1994, MACHADO, 2008). Fiamengue (1997), em pesquisa para o mestrado, apontou seu foco sobre as crianças, mostrando como se dá a (re) construção da cultura no espaço diferenciado de um assentamento. A pesquisadora aponta também, para a necessidade de visualizar a criança num contexto marcado por rupturas e por desarticulação cultural. Já, em nossa dissertação de mestrado, procuramos demonstrar como os jovens se ajustam em meio às ambiguidades de um processo (rural-urbano inseparáveis) que se acentua cada vez mais. Esse trabalho revelou as aspirações dos jovens por educação e trabalho em meio a tanta diversidade (MACHADO, 2000).

E tratando-se de aspirações, no caso de alguns assentamentos que não possuem escolas e nem postos de saúde e, embora a população apresente queixas constantes quanto à precariedade da situação, esta não determina a desistência para aqueles que aspiram fortemente a terra.

Além das condições precárias, dadas pela falta de infraestrutura, e que termina por provocar um “isolamento físico”, esses trabalhadores enfrentam preconceitos de toda ordem, já que são vistos como invasores, infelizes, miseráveis, desvalidos. Tais

preconceitos afetam inclusive suas crianças, as quais, frequentando escolas nos municípios próximos, são desfavoravelmente comparadas pelos professores, que manifestam em relação a elas piedosa condescendência (ARAÚJO, 1996).

Mas diante de toda dificuldade do assentado em relação à educação, ele ainda resiste, caminhando na direção de um saber conscientemente buscado que, devido ao processo de construção do conhecimento, permite a transformação da realidade pela prática política.

Neste sentido, não podemos dicotomizar a discussão entre rural x urbano, contrapondo-os antagonicamente. Devemos encarar um rural unificado ao urbano, visto que estão articulados pelo capital.

Um outro aspecto que gostaríamos de evidenciar são os processos de desruralização e desurbanização, provocados pelo avanço do capital no campo, como aponta Whitaker (1984). Segundo essa autora, são dois processos claros: a transformação de pequenas cidades em cidades dormitórios habitada por cortadores de cana-de-açúcar; a homogeneização da paisagem local eliminando a diversidade e, como resultado final, a desintegração ambiental pela destruição do ecossistema.

Já Reis (1991) em seu trabalho de pesquisa, estudou exatamente o contrário, mostrando a permanência e resistência do sitiante tradicional. Estes resistem, mesmo sofrendo preconceitos e pressões de toda ordem. Resistem das mais variadas formas, como em Assentamentos de trabalhadores Rurais, em pequenos sítios e até mesmo em bairros rurais. À medida que o capital avança, em nome do desenvolvimento tecnológico, cada vez mais o urbano e o rural se fundem.

Esta foi, portanto, uma tentativa de explicar dialeticamente o cenário no qual estamos observando os problemas enfrentados por jovens assentados no que tange o seu processo de escolarização.

3. A realidade socioeconômica do Assentamento I e II de Sumaré-SP

O Assentamento Sumaré encontra-se localizado a três quilômetros do centro urbano da cidade de Sumaré e a vinte quilômetros da cidade de Campinas. Essa localização é privilegiada, pois a cidade de Sumaré faz parte da região metropolitana de Campinas, uma das regiões que mais cresceram econômica e industrialmente nos últimos quinze anos. O Assentamento de Sumaré está dividido em Sumaré I e Sumaré II e é composto por famílias de origem rural, provenientes de várias localidades do Brasil.

Conforme afirma Martins (2004), segundo os relatórios da Secretaria de Assuntos Fundiários, a área do Assentamento I corresponde a 237,59 hectares do Horto Florestal Boa Vista, dos quais apenas 187 hectares puderam ser aproveitados como área de exploração agrícola para os assentados (MARTINS, 2004, p. 106).

Atualmente, o Sumaré I conta com vinte e seis famílias oficialmente assentadas, além dos agregados. Eles são membros dessas famílias, como filhos e filhas casadas, genros e noras, netos e netas, por exemplo, que na maioria das vezes herdaram o lote após a morte do chefe da família oficial, mas que também, durante o período de convivência com ele, contribuem com muito trabalho na produção da terra. As famílias oficialmente assentadas “receberam em média lotes de 7 ha. para trabalhar” (MARTINS, 2004, p. 106). De acordo com Bergamasco et al. (1996), na área de infraestrutura foram construídas, com apoio da igreja, entidades internacionais e de moradores de Sumaré, uma escola, barracões para máquinas e equipamentos, terreiro para secagem de café e um campo de futebol. No que se refere à organização da produção, Bergamasco et al. (1996) dizem que, nos dois primeiros anos, em 1984 e 1985, além da cultura de subsistência, cujo excedente era destinado à comercialização, os assentados produziam e comercializavam feijão, milho e arroz. Entre os anos de 1986 e 1988, além dessas culturas, começaram também a plantar mandioca. Nesse período, adquiriram um pequeno equipamento de irrigação e passaram a plantar coletivamente o feijão irrigado. Passados alguns anos, em 1993, o feijão foi substituído pelo cultivo de tomate. A partir de 1994, com a irrigação disponível, os assentados passaram, então, a produzir, pimentão, couve-flor, abobrinha, cenoura, quiabo, pepino, alface, beterraba, almeirão e outros. Além da horticultura, a fruticultura é outra base produtiva do Assentamento I de Sumaré desde 1994. Apesar dos assentados terem enfrentado, no início, grandes dificuldades para a sua produção, nos dias de hoje ela é uma atividade bastante rentável para os assentados. Atualmente, as famílias se dedicam à plantação de bananeiras, cujos frutos são diretamente comercializados com o CEASA. Além disso, o grupo de Mulheres do assentamento utiliza-se da fibra da bananeira para fabricar produtos artesanais (pulseiras, braceletes, porta-joias, porta-retratos, pequenos baús etc.) que são comercializados em Sumaré.

Realizado esse breve histórico sobre a origem e desenvolvimento do Assentamento I de Sumaré, passamos agora a descrever os acontecimentos referentes ao Assentamento II.

O assentamento II de Sumaré originou-se em 1985, com trabalhadores provenientes de vários estados brasileiros, em sua maioria, migrantes do interior de São

Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Pernambuco e de alguns outros estados em menor expressão. São ainda ex-pequenos proprietários, ex-parceiros e ex-arrendatários em busca de melhores condições de vida e que pretendiam lutar, a todo custo, pela conquista da terra e da cidadania e assim, recuperar o que lhes fora tirado pela expansão do capital monopolista (ANDRADE, 1993). Da luta pela conquista da terra vão participar, inicialmente, quarenta e cinco famílias, organizadas pela ala progressista da igreja Católica e pelo MST, os quais já possuíam vínculo com os trabalhadores rurais do Assentamento I e que, naquela época, fortaleciam-se ainda mais na região. Na atualidade o Assentamento II conta com vinte e nove famílias oficialmente assentadas, em uma área de 179 hectares⁴. Apesar de contar com famílias oficiais, o Assentamento II de Sumaré também apresenta agregados, sendo toda a sua produção baseada em hortifrutigranjeiros, cultivados em lotes de seis hectares, destinados à venda e à cultura de subsistência. A tecnologia é escassa e o maquinário utilizado para a produção agrícola é de uso coletivo. Arroz, feijão, milho, mandioca, batata doce, quiabo, abobrinha, brócolis, hortaliças e goiaba são os principais produtos destinados ao consumo e à comercialização. Mesmo com uma tecnologia pouco avançada, tradicional e com a assistência técnica agrícola que recebem de um Engenheiro Agrônomo do DAF/ITESP (Departamento de Assuntos Fundiários/Instituto de Terras do Estado de São Paulo), os assentados têm tido sucesso no processo de produção da terra e no cultivo de seus alimentos. Assim, eles tem conseguido estabelecer e atender compromissos firmados com mercados e varejões, pois os proprietários desses estabelecimentos preferem os alimentos produzidos no assentamento, àqueles fornecidos pelo CEASA. Segundo relato dos assentados, os feirantes e varejistas primam os alimentos produzidos pelos assentados, porque os consideram de ótima qualidade. Além disso, os alimentos que os assentados produzem são entregues bem logo após a colheita, não havendo o risco da degradação, o que não ocorre com o CEASA, em função da burocracia que envolve a compra e venda dos produtos (MACHADO, 2008).

Desta forma, podemos verificar uma grande articulação do capital, desenvolvida entre o produtor assentado e os donos de estabelecimentos comerciais, a qual é tão bem estabelecida que, em muitos casos, elimina-se até mesmo a figura do atravessador. O atravessador, como todos sabem, é um intermediário que está entre o produtor da mercadoria e o dono de um estabelecimento comercial. Ele compra a mercadoria diretamente do produtor por um preço mínimo e a vende ao dono do estabelecimento

⁴ Sobre esse assunto ver: Martins (2004).

comercial por um valor bem acima do que pagou. O dono do estabelecimento comercial, que tem de obter seu lucro, repassa tal mercadoria para a população num custo certamente maior do que pagou pela sua compra. Essa cadeia sendo interrompida, pela eliminação do atravessador, faz o produto chegar mais barato à população, podendo ser consumido por um maior número de pessoas.

A articulação entre campo e cidade por meio do capital comercial é verificada, em alguns casos muito frequentes, no assentamento de Sumaré, pois muitos indivíduos deslocam-se da cidade para comprar seus alimentos diários, tais como frutas, legumes e verduras, diretamente no assentamento, com o próprio produtor. Devido a essa procura, no Assentamento II, os alimentos são vendidos em barracas instaladas na entrada do assentamento, à beira da estrada que liga Sumaré à Hortolândia. Também muito frequente é a atitude de alguns vendedores ambulantes que, com suas carriolas, vão ao assentamento à procura de produtos baratos e de boa qualidade, para serem vendidos durante um bom período de caminhadas pelas ruas da cidade.

A necessidade de articulação entre o campo e a cidade de Sumaré, por meio desse comércio, possibilitou aos assentados promoverem grandes mudanças na qualidade e na melhoria das suas condições de vida. Hoje em dia, as moradias que antes eram barracos improvisados, dão lugar às casas de alvenaria, construídas com tijolos, para abrigar as famílias. A energia elétrica também chegou ao assentamento, resultando num conforto ainda maior para cada família assentada. Ela possibilitou a aquisição do telefone público e particular, muito importante no processo de interação do homem com a sociedade moderna, bem como para facilitar a comercialização dos produtos.

Parece bastante significativa a melhoria da condição de vida desses trabalhadores rurais assentados, que antes viviam numa situação de miséria, mas que hoje desfrutam o sucesso alcançado com a conquista da terra. Isso pode ser revelado por um fenômeno que recentemente tem ocorrido, com frequência, com as famílias assentadas no assentamento II de Sumaré. São os assaltos ocorridos em seus lotes, executados por indivíduos que deixam a cidade e dirigem-se ao assentamento para roubar alimentos, animais e até mesmo objetos das residências como televisores, rádios e roupas.

Aqueles que antes eram eles mesmos excluídos (e por essa razão vistos como marginais), ao se incluírem, sofrem hoje com a violência urbana da sociedade excludente, a ação de outros excluídos que lutam para sobreviver. Os que sempre foram acusados injustamente pelo senso comum de violentar o patrimônio, são obrigados agora a conviver com um tipo de violência que não existia no universo dos

assentamentos de reforma agrária. Além de sofrerem a violência moral, por conta do preconceito, passam a vivenciar uma nova forma de violência.

Pensamos que este novo fenômeno é causado, dentre outros fatores, pelo empobrecimento cada vez maior de uma grande parcela da população. Os que habitam as periferias das cidades e alguns, sem as mínimas condições de sobrevivência, apoderam-se dos bens materiais e das conquistas de outrem. É a lei do capitalismo selvagem.

É evidente que a violência urbana é provocada por vários fatores, dentre eles, a desigualdade social, a certeza da impunidade, a falta de compromisso das autoridades com a efetivação de projetos. Mas, o fato é que, aquilo que antes parecia impossível para os assentados, agora começa a fazer parte da sua convivência, como mais um problema novo a ser resolvido. Se a violência física e moral que sofrem, passa a pertencer ao cotidiano dos trabalhadores rurais assentados de Sumaré, a articulação com o capital parece também se estabelecer de maneira real e muito sólida no seu universo, ou seja, o capital chega, se articula com o assentamento via comércio de abastecimento e arrasta outros nexos: violência, por exemplo.

4. Assentamento Sumaré-SP: dados sobre a questão escolar

Atualmente, no caso dos assentamentos de Sumaré, tanto o I quanto o II possuem escolas no seu interior.

Todavia, no assentamento I, a escola lá existente, que por alguns anos funcionou oferecendo para as crianças o ensino fundamental de 1ª a 4ª série (atual ensino fundamental), hoje oferece apenas a educação de jovens e adultos. Por causa do número de alunos ser insuficiente para a formação de salas de aula, as crianças em idade escolar são obrigadas a frequentarem escolas na cidade de Sumaré. A escola do Assentamento I possui uma sala de aula, uma biblioteca e uma cozinha, utilizada normalmente em dias de festas para o preparo da culinária produzida à base de mandioca. Essa escola só oferece educação para jovens e adultos (EJA). Na sala de aula da escola são realizadas reuniões, palestras e encontros organizados pelos diversos grupos de trabalho existentes no Sumaré I. A sala também é aproveitada pelo grupo de Mulheres, para a realização de cursos que as orientam a confeccionarem produtos artesanais utilizando a fibra da bananeira. A biblioteca da escola, denominada “Biblioteca da Natureza” - cujo nome decorre do fato de estar localizada na zona rural - foi criada para atender as crianças que estudavam na escola. Na atualidade ela atende aos alunos do curso de educação de

jovens e adultos ou a qualquer estudante residente no Assentamento que necessite de um livro ali existente. A cozinha da escola, que antes atendia a merenda fornecida às crianças, hoje é utilizada para os eventos que ocorrem no Assentamento, como a festa junina, por exemplo (MACHADO, 2008).

Já o Sumaré II dispõe de uma escola construída com os recursos próprios da comunidade, com o auxílio de uma organização não governamental e da prefeitura municipal de Sumaré, a qual contribuiu para a conclusão da obra. A escola está localizada no centro comunitário, no interior do assentamento e denomina-se “Escola Estadual de Ensino Fundamental Assentamento II”, oferecendo a educação infantil e todas as séries do ensino fundamental. O prédio da educação infantil é de alvenaria e possui uma sala de aula. Ao seu redor localiza-se o parque infantil, com uma série de brinquedos para a diversão das crianças. Já a escola que atende as crianças da 1ª a 4ª séries do ensino fundamental é de alvenaria e contém duas salas de aula, uma sala de informática, uma cozinha, banheiros e uma área coberta, onde é montado um palco permanente, utilizado para as festividades do Assentamento. Esta escola conta com um diretor, um coordenador e três professores e está vinculada à Escola Estadual de Sumaré “André R. de Alquimim”, a qual oferece todas as séries do ensino fundamental e algumas do ensino médio. No centro do prédio da escola existe um palco e uma área coberta com banheiros e bebedouros. Esses espaços são utilizados pelos assentados para os outros eventos que ocorrem no Assentamento II, como festas e reuniões. A cozinha da escola, além de ser utilizada para a produção da merenda fornecida aos alunos, com merendeiras pagas com subsídio municipal de Sumaré, também é usada durante eventos que os assentados promovem no Assentamento. De acordo com a atual direção da escola do Assentamento II, nela estudam atualmente 98 alunos, distribuídos entre a 1ª e a 4ª séries. Desse total de alunos, somente 20% são crianças provenientes do assentamento. Os outros 80% dos alunos que a frequentam são oriundos de famílias de sem-tetos, que ocupam uma área do bairro Três Pontes, próxima ao assentamento, na periferia de Sumaré. A partir da 5ª série os meninos e as meninas do assentamento passam a estudar nas escolas da cidade (MACHADO, 2008).

Segundo os estudos elaborados por Andrade (1993), inicialmente, em 1991, a escola contava com uma professora a cada duas séries. Das crianças que frequentavam a escola, 90% concentravam-se no 1º grau, especificamente a 4ª série. Um aluno somente cursava o 2º grau e dois o nível superior. Já no ano seguinte, em 1992, 92% cursavam as séries de maneira igualitária, concentrando-se entre as primeiras e as últimas séries. Como observou a pesquisadora, naquele ano ocorreu uma aprovação elevada de alunos

para a 5^a série, representando 23% dos alunos em idade escolar. Os jovens que frequentavam a escola acima da quinta série, estudavam na cidade.

5. Considerações Finais

Os dados coletados por Andrade (1993) são relevantes por demonstrar a preocupação dos assentados em relação ao estudo dos filhos. Tal preocupação pode ser também constatada no Censo de Assentamentos do Estado de São Paulo (FERRANTE; BERGAMASCO, 1995), que revela uma forte aspiração dos pais para que seus filhos estudem. Para os pais, “o saber” é considerado um caminho para a conquista de melhores condições de vida. O estudo dos filhos representa, para eles, uma possibilidade de ascensão e integração de seus filhos ao mundo capitalista. Uma possibilidade a mais, capaz de superar as contradições impostas pelo capitalismo. Essa concepção está baseada em vários estudos acerca da educação do homem rural.

Constatou-se também, em pesquisas realizadas, que o saber oficial é a forma de saber que tanto desejam. Este saber é tipicamente característico da sociedade capitalista, que Bourdieu (1989) chama de arbitrário cultural dominante, elaborado nos moldes dessa sociedade e praticado em toda sua extensão. Este saber não é o que contempla a cooperação, mas o que tem na competição seu objetivo fundamental no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Em pesquisa desenvolvida com produtores e trabalhadores na agricultura paulista, Demartini e Lang (1983, p. 165) demonstram que “a grande maioria dos agricultores está convicta de que quanto mais estudo, maiores são as possibilidades dos filhos virem a conseguir melhor ocupação que a dos seus pais”.

Como demonstram vários trabalhos de pesquisa, talvez seja por conta disso que os assentados enfrentem tantas dificuldades durante a vida escolar. Tais dificuldades são de ordem física e moral. As de ordem moral são reveladas através do preconceito que enfrentam na escola tanto por parte de alunos, como dos professores. Já as de ordem física, são reveladas na dificuldade de locomoção para se chegar às escolas fora do assentamento. Isso pode ser comprovado pelo descaso das autoridades em relação à implementação de uma política educacional séria, capaz de atender às necessidades dos que habitam a zona rural e pretendem se dedicar aos estudos (ARAÚJO, 1996).

Em Sumaré existem também muitas dificuldades. Todavia, no que se refere às questões de ordem estrutural, tais dificuldades parece terem sido superadas. Além de possuírem uma escola no próprio assentamento, aqueles que estudam fora recebem

transporte gratuito da prefeitura para se locomoverem à escola que frequentam. O transporte coletivo também é cedido pela prefeitura para transportar doentes, pelo fato de não existir um posto de saúde no assentamento (MACHADO, 2008).

Mais importante do que a superação das dificuldades físicas, é o que atualmente vem ocorrendo em Sumaré, conforme o relato de alguns assentados, registrados em pesquisas por nós já realizadas. Segundo eles, os adultos e idosos voltaram, ou começaram a frequentar escolas no assentamento ou fora dele. Somado a isso, uma grande parte dos jovens que saíram para frequentar os cursos técnico e superior fora do assentamento, agora, ao retornarem, trabalham nos lotes dos seus pais.

Encontramos aqui evidências que podem significar a mudança da concepção de educação e do saber que almejam tanto os pais quanto seus filhos. Mudança esta, em relação à concepção convencional predominante no meio urbano, que associa fortemente educação escolar à estrutura de empregos (WHITAKER, 1992).

Para eles, os adultos, o estudo ou o saber parece que são considerados como um mecanismo de socialização ao mundo. Esta possibilidade nos foi sugerida pela descoberta de um número considerável de jovens que retornam às lides do assentamento após completarem seus estudos na cidade. É de se pensar que estando inseridos e articulados com o capital, como é o caso do assentamento de Sumaré, o estudo na forma do saber passa não mais a significar uma garantia de conquista material, mas a possibilidade de superação das necessidades do universo do mundo rural, inclusive valores ligados à educação.

Referências

ANDRADE, Eliana Aparecida. Processo de Trabalho e Socialização na Zona Rural: um estudo a partir dos assentamentos do Horto Silvânia. In: WHITAKER, D. C. A. e FIAMENGUE, E. C., **Retratos de Assentamento**, NUPEDOR, ano II, n.2, 1995.

ANDRADE, Marcia Regina de Oliveira. **O destino incerto da educação entre os assentados rurais do Estado de São Paulo**. 1993. Dissertação. (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.

ARAÚJO, Rosane Aparecida. **Os pés vermelhos e a proposta de agrupamento das escolas rurais**. 1996. Dissertação. (Mestrado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos.

ARAÚJO, Rosane Aparecida. **Os pés vermelhos e a proposta de agrupamento das escolas rurais**. 1996. Dissertação. (Mestrado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pereira Pessoa et al. Perfil dos assentamentos de Sumaré. In: FERRANTE, V.L.B. (Org.) **Retratos de Assentamento**, NUPEDOR, ano III, n.5, 1996.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais que escola. Petrópolis: Vozes, 2004.

D'AQUINO, Therezinha (Org.). **Retratos de Assentamentos**. NUPEDOR, Ano II, nº 4, 1995.

DEMARTINI, Zeila De Brito Fabri; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Educação e trabalho: um estudo sobre produtores e trabalhadores na agricultura paulista. São Paulo, **CERU/Textos**, USP, 1983.

FAO (Food and Agricultural Organization). Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária, vol. I, **Relatório Final**, jan., 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta et al. Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de construção de um novo modo de vida. In: **Retratos de Assentamentos**. NUPEDOR, Ano I, nº 1, 1994.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; BERGAMASCO, Sonia Maria Pereira Pessoa, **Censo de Assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Análise e Avaliação dos Projetos de Assentamentos do Estado de São Paulo**, Pesquisa MULTICAMPI/UNESP, Araraquara, janeiro/1995.

FIAMENGUE, Elis Cristina. **Entre o espaço vivido e o espaço sonhado**: imagens da infância num assentamento de trabalhadores rurais. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

MACHADO, Vitor. **Dilemas e perspectivas da educação em assentamento rural – Sumaré/SP**. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.

_____. **Estudantes em assentamentos de terras**: um estudo de aspirações por educação. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

MACHADO, Vitor. et al. A transcrição da Fala do Homem do Campo: fidelidade ou caricatura. In: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José Pedro Soares. **Terra nossa prometida**: os 20 anos do Assentamento I de Sumaré. Campinas: Editora Komedi, 2004.

REIS, Sandra Alvarenga. **O Engenho Velho e os Baptista de Carvalho**. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Ideologia e práticas culturais: o controle ideológico da cana**. 1984. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, USP, São Paulo.

_____. O rural-urbano e a escola brasileira. Ensaio de interpretação sociológica. **Travessia**, v.5, n.12, p.30-35, jan/abr 1992.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta et al. Um retrato da aspiração por educação escolar nos Assentamentos do Estado de São Paulo. In: FERRANTE, Vera Lucia Botta (Org.) **Retratos de Assentamento**, NUPEDOR, ano II, n.1, 1994.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FIAMENGUE, Elis Cristina. Assentamentos de reforma agrária: novos atores e novos espaços sociais no campo. **Retratos de Assentamento**, NUPEDOR, ano II, n.2, 1995a.

_____. Memória da terra: As rupturas e as novas possibilidades. In: **Retratos de Assentamento**, NUPEDOR, ano II, n.2, 1995b.